

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

MARIA CLARA LIMA ABRÃO

**A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DE GRUPOS INSURGENTES: A
ARTICULAÇÃO DE IDENTIDADES COLETIVAS A PARTIR DA ATUAÇÃO
DO HAMAS ENTRE 2023 E 2025 NO CONFLITO ISRAEL E PALESTINA**

UBERLÂNDIA

2026

MARIA CLARA LIMA ABRÃO

**A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DE GRUPOS INSURGENTES: A
ARTICULAÇÃO DE IDENTIDADES COLETIVAS A PARTIR DA ATUAÇÃO
DO HAMAS ENTRE 2023 E 2025 NO CONFLITO ISRAEL E PALESTINA**

Projeto de Mestrado enquanto Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia como requisito para aprovação na disciplina de Monografia II.

Orientador: Prof. Dr. Aureo de Toledo Gomes

UBERLÂNDIA

2026

SUMÁRIO

RESUMO	4
INTRODUÇÃO	4
2. JUSTIFICATIVA DO TEMA	8
3. OBJETIVOS	12
3.1 Objetivos Específicos	12
4. FUNDAMENTAÇÃO BIBLIOGRÁFICA E TEÓRICA	13
5. METODOLOGIA	16
6. CRONOGRAMA DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO	17
REFERÊNCIAS E BIBLIOGRAFIA CONDIZENTES	17

RESUMO

O conflito entre Israel e Palestina suscita, há décadas, miríades de discussões no campo das Relações Internacionais, sobretudo após a investida em outubro de 2023 do grupo insurgente pró-Palestina, Hamas, que, a despeito do aumento expressivo da violência e de políticas genocidas de extermínio por parte do Estado de Israel, manteve sua relevância e crescente influência. Neste sentido, investigar-se-á como o Hamas utilizou mecanismos discursivos e simbólicos em prol do seu fortalecimento, a partir da mobilização de identidades coletivas, sob a hipótese de que discursos como “ser palestino”, “nação” e “resistência” foram articulados antagonicamente, de modo a criar um Eu coletivo. Neste sentido, a fundamentação do trabalho se sustentará mediante pesquisa sobre resistência e grupos insurgentes, o conflito Israel–Palestina, com ênfase na atuação do Hamas, e a partir da teoria de discurso pós-estruturalista de Ernesto Laclau (1985; 1990; 2011).

Palavras-chave: Conflito Israel e Palestina; Hamas; Ernesto Laclau.

INTRODUÇÃO

A compreensão do intrincado cenário internacional e, enfaticamente, dos conflitos conjunturais demanda o estudo e o mapeamento das novas particularidades que as disputas assumem contemporaneamente. Neste contexto, emerge como objeto de estudo o conflito entre Israel e Palestina, com ênfase na disputa a partir de outubro de 2023, quando ataques contra Israel pelo grupo insurgente Movimento de Resistência Islâmica, ou Hamas, introduziram nuances distintas ao conflito, sobretudo quanto à construção discursiva do grupo e à manutenção de sua força, meio a um dos períodos de maior brutalidade do Oriente Médio (Odorissi, 2025).

Ao sul de Israel, próximo à Gaza, membros da brigada do Hamas, junto a outros grupos armados palestinos, coordenaram um ataque simultâneo via terra, mar e ar (Ribeiro, 2024), apontado como o início de uma jornada em que se visava completar “o ciclo da Primeira e Segunda Intifadas, das revoluções da resistência palestina, ao coroá-las com uma batalha pela libertação de nossas terras, nossos santuários, nossos concidadãos nas cadeias da ocupação” (*apud* Memo, 2023), conforme dito pelo chefe do gabinete político do grupo insurgente à época, Ismail Haniyeh. Referido como “Operação Tempestade de Al-Aqsa”, o ataque de 7 de outubro de 2023 ocorreu no feriado judaico de Shemini Atzeret e acarretou a morte de mais de 1200 pessoas e o ferimento de aproximadamente 15 mil pessoas (Ribeiro, 2024).

O Estado sionista de Benjamin Netanyahu prontamente declarou estado de guerra e instituiu uma série de ofensivas na Faixa de Gaza e em demais áreas, o que se configurou como o maior grau de violência empregado nos últimos tempos (Silva *et al.*, 2018), envolvendo práticas genocidas como: o deslocamento forçado de 80% da população de Gaza;

o assassinato de mais de 37 mil pessoas; o lançamento de mais de 70 mil toneladas de bombas; a destruição de quase todo o território; a limitação do acesso à água, alimento e eletricidade; entre outros. Neste contexto, o cenário é de afundada desproporcionalidade entre ataques e capacidades, tanto em número de mortos e feridos quanto no estabelecimento de alvos, visto que, para Israel, a violência brutal deve passar por todo e qualquer habitante palestino, tendo os recursos e apoios para fazê-lo (Odorissi, 2025).

A influência e o prestígio do Hamas, entretanto, apenas cresceram desde outubro de 2023: 73% dos palestinos reconheciam que o grupo insurgente agiu corretamente ao lançar a ofensiva, e um dos principais indicativos da força do Hamas é que, mesmo com o falecimento de diversos combatentes, há o recrutamento constante de novos soldados (Pape, 2024; 2025). Desta forma, indaga-se de que modo o Hamas manteve sua preponderância enquanto autoridade política e militar palestina, mesmo em um contexto marcado por perdas e violência. O apontamento basilar desta pesquisa é que se constroem e se disseminam discursos que articulam identidades coletivas, a fim de controlar a narrativa e consagrar-se vitorioso, de modo que é substancial compreender a participação e a mobilização do grupo insurgente.

O Movimento de Resistência Islâmica (حركة المقاومة الإسلامية, romanizado como *Ḥarakat al-Muqāwamah al-ʿIslāmiyyah*), ou Hamas (حماس), um acrônimo das iniciais de sua nomenclatura com uma ínfima alteração, a fim de aproximar-se da palavra *hamas*, já existente em árabe, atribuída a “despertar”, “fortalecer”, “encorajar” (Curwin, 2023), desperta a associação às noções de “espírito guerreiro” e “ardor” (Collares, 2012)¹. Historicamente, após a criação do Estado de Israel em 1948, a Palestina passa por um período de aglutinação de signos para além da cultura árabe, como a ideologia marxista, a influência do Islã e a atuação da Organização para a Libertação da Palestina (OLP) e, principalmente, da Irmandade Muçulmana após a vitória da revolução iraniana em 1979.

Neste meio, com a reforma da Irmandade, em 1987, emerge o Hamas com uma abordagem mais ofensiva e nacionalista-religiosa (Collares, 2012), determinando que a Palestina era um território hereditário que não podia ser negligenciado, nem mesmo parcialmente (Abu-Amr, 1993). Ao fim do século XX, o Hamas se fortalecia cada vez mais,

¹ Tratando-se de um trabalho que se propõe a investigar o discurso, faz-se menção à palavra חַמַּס (foneticamente, “hamas”) em hebraico (língua israelita), a qual se vincula ao Antigo Testamento, em que era frequentemente traduzida como “violência”, “corrupção” e “injustiça” (Cavalcanti, 2023), e associada aos signos “opressão”, “errado”, “roubo” (The Jewish Road, 2023). Para se referir ao Hamas em hebraico, há a adição da letra נ, comumente utilizada em estrangeirismos, de modo que se refere ao grupo como חַמַּסֵּנ, a qual se pronuncia “hamas” idem. Percebe-se, portanto, que a disputa perpassa todos os campos, inclusive o linguístico, de modo que, em árabe (língua palestina), “hamas” se vincula a força e bravura, enquanto em hebraico é capaz de evocar transgressão e violência.

embora sofresse diversas críticas por, muitas vezes, manter-se longe das lutas e aproximar-se ideologicamente da Irmandade, notadamente mais pacifista (Hroub, 2006). Como efeito, o grupo insurgente passou a empregar mais violência e radicalização em relação aos estrangeiros que ocupavam o poder e, após a segunda *intifada* (revolta palestina) em 2003, diversos de seus líderes estavam presos ou mortos; entretanto, a ideologia se mantinha viva (Collares, 2012). Desde então, o discurso que antes focava mais no *jihad* (جهاد) e em elementos religiosos fora se reenquadrando em torno do *muqawama* (مقاومة) ou resistência, conceito que pode ser mobilizado de diversas formas para justificar as ações do Hamas (Alsoos, 2021).

Para haver construção discursiva, contudo, é primordial que haja uma comunidade. Fundamentalmente, grupos insurgentes buscam estabelecer comunidades fortes, visando a longevidade do recrutamento e da sua força, a partir de suas ações políticas, sociais, militares, identitárias (Kalyvas, 2006). A esfera relacional também se manifesta pela necessidade de analisar grupos que possuem objetivos congruentes (Davis, 2016) e podem participar de um conjunto de forças somadas contra o Outro, o que os coloca, muitas vezes, na tenuidade de serem atores Estatal e não-Estatal simultaneamente (Berti; Gutiérrez, 2016). Ademais, a centralização da autoridade e a conquista de sua força e confiabilidade estão atreladas às suas capacidades de desenvolver instituições e práticas de governança, de deter o monopólio do uso da força considerada legítima (Berti; Gutiérrez, 2016) e de possuir perspicácia para articular os objetivos e interesses do grupo insurgente com os do povo (Davis, 2016).

É indispensável, neste sentido, observar quais discursos são mobilizados para convencer indivíduos a participarem e a permanecerem no grupo. Distanciando dos elementos mais fundamentalmente religiosos e, para além da *muqawama*, para Robert Pape (2024; 2025), o grupo insurgente emprega uma campanha sofisticada que se concentra em três principais eixos de convencimento: (1) a inevitabilidade da luta, isto é, a concepção de que Israel está determinado a continuar com práticas genocidas e haurir a Palestina por completo, de modo que o povo palestino não possui escolha a não ser lutar; (2) a extensa capacidade do Hamas e a ausência de alternativas, fundamentando que somente através dele será possível derrotar militarmente Israel; e (3) a glorificação do martírio e evidências de sucesso, atribuindo honra àqueles soldados falecidos e feridos e indicando que aqueles que se sacrificarem terão honra e glória religiosa.

Nota-se que o Hamas, desde o início, agiu em prol da criação de uma comunidade, adaptando-se e considerando a população, explicando o crescimento de sua popularidade, mesmo em contextos de maior emprego de violência, como observado no ataque de outubro

de 2023 (Pape, 2024; 2025). Desta maneira e mediante articulação de discursos, o grupo deixou de ser um movimento rebelde e alcançou a posição de organização “híbrida, armada e política, envolvida simultaneamente na política e governança institucional, bem como na luta armada extrainstitucional” (Berti; Gutiérrez, 2016, p. 4, *tradução nossa*)².

Prévio à análise comportamental e discursiva do Hamas, é primário enfatizar que conflitos não são apenas disruptivos, mas também capazes de cumprir funções sociais, (re)produzindo e (re)afirmando identidades (Coser, 1956). Neste contexto, a teoria de Ernesto Laclau (1985; 2011) auxilia ao considerar que a realidade é situada e ordenada por sistemas de significação, em que nenhum objeto se significa inerentemente, e que esses sistemas decorrem da constituição de campos discursivos (Gomes, 2014). Compreende-se, portanto, que tudo ao nosso redor é construído e que a forma como se empregam as narrativas impacta, direta e indiretamente, a formação de sentidos, os quais podem ser articulados para elaborar e moldar perspectivas, retratos e ideologias (Mishler, 1995 apud Shenhav, 2006), conforme os interesses de determinado grupo. Neste sentido, os discursos fundamentam as estruturas de poder ao determinar agendas, políticas domésticas e externas, a fundação de instituições e normas e, sobretudo, ao permitirem a associação de identidades ao processo de construção de uma nova hegemonia (Oliveira, 2018), evento almejado por grupos insurgentes, incluindo o Hamas.

Dadas a complexidade e a amplitude dos debates acerca do conflito entre Israel e Palestina, a delimitação é crucial e, para este Projeto de Mestrado, propor-se-á responder: **como o Hamas utilizou mecanismos discursivos e simbólicos em prol do seu fortalecimento entre 2023 e 2025?** Para alcançar uma explicação, visar-se-á a compreender: (1) quais elementos simbólicos e discursivos o Hamas utiliza na construção de uma identidade coletiva palestina e como esta foi mobilizada entre 2023 e 2025; (2) como a construção do inimigo externo contribui para a formação de um “nós” coletivo; e (3) de que forma essas estratégias de mobilização impactam na legitimidade e continuidade do movimento e do conflito.

A hipótese que norteia este estudo é que o Hamas mobiliza identidades coletivas por meio da articulação de símbolos de resistência (*muqawama*) e de discursos sobre “povo palestino” e “nação”, assim como de narrativas políticas que se fortalecem diante do antagonismo com Israel, contribuindo para a legitimação de suas ações e para a continuidade do conflito em torno de um Eu coletivo. Adicionalmente, há a compreensão de que as

² “[...] hybrid armed-political organization involved simultaneously in institutional politics and governance as well as in extra-institutional armed struggle” (Berti; Gutiérrez, 2016, p. 4).

políticas e ações de Israel operam como fator que intensifica o antagonismo, reforçando a coesão identitária mobilizada pelo Hamas, consequentemente fortalecendo-o. Desta forma, a dinâmica de articulação de identidades complexifica as disputas e torna intrincada a busca por uma solução para um conflito tão longínquo.

2. JUSTIFICATIVA DO TEMA

O conflito enquadrado como objeto de estudo nesta pesquisa é, antes de mais nada, um sintoma: as disputas árabe-israelenses se configuram como uma das disputas mais complexas, longínquas e em evidência contemporaneamente. Historicamente, a relação entre ambos data tempos antes de Cristo, quando o território palestino era controlado pelos impérios Romano (até 295 d.C.) e Bizantino (até o século XVI), os quais praticavam atos persecutórios perante os judeus por se tratarem de governos cristãos (Nogueira, 2022). Durante tais períodos, conforme Gilbert (2002), a destruição de Jerusalém e de demais símbolos judaicos levou a movimentos migratórios e à criação de vínculos com miríades de comunidades judaicas; concomitantemente, os palestinos lutavam para preservar sua identidade, religião e cultura no conturbado cenário (Hourani, 1996). Após 1517, o Império Otomano passou a controlar o território e estabeleceu-se mais harmonicamente entre as diferentes religiões, culturas e tradições (Hourani, 1996), até sua queda em 1922, pós-derrota na Primeira Guerra Mundial (1914–1918), momento definitivo para a origem da maioria dos conflitos que afetam a região do Oriente Médio (Collares, 2012).

Após o desmembramento e partilha territorial do Império, a Grã-Bretanha açambarcou o local em 1918 e agiu em anuência ao movimento sionista, cuja emergência fora, inicialmente, uma resposta ao antissemitismo no século XIX, “baseado, em parte, nas tradições religiosas judaicas e até certo ponto em uma versão judaica das novas ideologias nacionalistas em curso na época” (Lewis, 1996, p. 307). A referida ideologia se fortalecia, desde o século XX, a partir da defesa do direito de autodeterminação judaica e da necessidade de um Estado judaico soberano e independente de maioria étnica judaica (Marcondes Filho, 1994), sob a óptica de que os judeus estavam mundialmente dessocorridos e fisicamente desorganizados e seria necessária a criação de uma nacionalidade judaica (Nogueira, 2022).

A região do antigo “Reino de Israel”, isto é, a Palestina, foi escolhida como território do novo Estado judaico, o que se materializou com a Declaração de Balfour (1917), que reforçava a participação britânica nas iniciativas de estabelecer um lar nacional judeu na Palestina (Soares, 1989). Ademais, após a Segunda Guerra Mundial (1939–1945), marcada pelo Nazismo, perseguição e genocídio perante diversos povos, sobretudo judeus, diversas

ondas imigratórias romperam e “a miséria dos sobreviventes, junto ao sentimento de culpa dos aliados (...) outorgou em fins dos anos 1940 um crédito de simpatia internacional aos sionistas” (Demant, 2004, p. 215).

O Estado palestino, que já dispunha de um incômodo condigno às infundadas demandas sionistas, sobretudo quanto à reivindicação de um Estado judeu em seu território, com o apoio da Grã-Bretanha (Collares, 2012), enfrentava diversas mudanças internas e externas. Neste período, o território onde habitavam estimadamente 750 mil pessoas, das quais mais de 90% eram árabes (Naciones Unidas, 1990 *apud* Gomes, 2001), registrou um aumento populacional de 250%, consequência do aumento de 725% na imigração judia direcionada ao país. Ademais, outros aspectos foram impactados, como o controle majoritário e crescente da infraestrutura econômica pelos sionistas, além da facilitação da participação política e da promulgação de leis trabalhistas de cunho discriminatório contra árabes, o que levou ao aumento do desemprego e à queda na qualidade de vida (Schoenman, 2008).

Neste cenário, notando que a complexidade exponenciava-se a cada momento, a Grã-Bretanha delegou à ONU a atribuição da divisão territorial da Palestina, de modo que, em 1947, na Resolução 181, essa propôs uma partilha e definiu e reconheceu a existência de dois Estados: Israel e Palestina (Ladeira, 2024). Após, houve a Nakba (1948)³, um processo sistemático de desmantelamento da sociedade palestina, a Guerra dos Seis Dias (1967), em que Israel ocupou os territórios palestinos da Cisjordânia, da Faixa de Gaza e de territórios sírios e egípcios e, ao longo do tempo, outros momentos de violência mais ou menos expressiva. A partir de 2018, houve uma escalada significativa e, sobretudo, a incorporação de técnicas contemporâneas e fundamentais a serem analisadas, sob a urgência de um conflito que resulta da colonização, do apartheid e do genocídio da população palestina (Da Silva Jiménez, 2015).

Para além do aparato militar, Israel ergueu-se majoritariamente mediante construção de uma narrativa nacionalista sionista que erradicou a história, a cultura e a diversidade e, no território, forçou uma identidade “hebraica” e uma nacionalidade judaico-israelense ‘pura’ na Palestina (Neto, 2015). A questão da identidade e dos discursos é primordial ao estudo do conflito, no qual a identidade nacional foi um dos principais fatores mobilizados, articulada de forma reducionista em prol de movimentos nacionais que necessitavam manipular e coagir a

³ Entre 1947 e 1949, cerca de 750 a 800 mil palestinos foram expulsos ou fugiram, em operações coordenadas pelo Plano Dalet, o que culminou na destruição de centenas de aldeias e no apagamento de sua presença geográfica e cultural (Pappé, 2006). Massacres como o de Deir Yassin (1948) tiveram o efeito deliberado de aterrorizar a população e precipitar o êxodo (Shlaim, 2000). Até hoje, os refugiados e seus descendentes guardam as chaves de suas antigas casas como símbolo do direito de retorno nunca implementado. Para os palestinos, a Nakba é um processo contínuo de expropriação (Achcar, 2025).

população para a criação de um Estado (Pappé, 2004). Sem referências locais para se apropriar, a nova identidade construiu-se a partir da negação do Outro, isto é, daqueles excluídos da nova comunidade idealizada (Pappé, 2004), tanto aos sionistas quanto aos palestinos, os quais constituíram sua identidade nacional em oposição ao sionismo (Khalidi, 1997), o que dialoga diretamente com o extenso trabalho de Ernesto Laclau sobre o papel do antagonismo na criação de identidades:

(...) As relações políticas não se constroem a partir de lutas entre identidades prontas. Mais especificamente: os autores entendem que **não podemos considerar identidades políticas num sentido essencialista**, ou seja, como constituídas antes da própria relação antagônica. O antagonismo, antes de ser uma relação entre objetividades já dadas, representa o próprio momento em que elas passam a ser constituídas. Assim, **o antagonismo é condição de possibilidade para a formação de identidades políticas** — veremos a seguir que não é a única — e não meramente um campo de batalha que se forma entre duas forças com existências prévias (Mendonça, 2012, p. 207, grifo nosso).

Como uma progressão da própria obra laclauiana ao se encontrar com os trabalhos do psicanalista Jacques Lacan, o conceito do antagonismo é substituído pelo de *deslocamento*, que se assimila ao Real lacaniano⁴ (Freitas, 2022), tornando-se peça central para o político. O deslocamento é, essencialmente, o instante preciso em que a significação se torna impossível, ou seja, o momento em que a estrutura encontra um limite e se torna incapaz de semantizar novos significantes (Mendonça, 2012). Neste sentido, a aproximação do Real e do deslocamento se dá, sobretudo, porque ambos são irrepresentáveis, manifestados no trauma/interrupção e capazes de criação (Stavrakakis, 2003): no caso do deslocamento, isso aparece em sua capacidade de ameaçar identidades, podendo levar à interrupção delas, e em sua capacidade de ressignificação de identidades (Stavrakakis, 2003).

A irrepresentatividade do deslocamento faz com que este seja calcado na falta, levando a crises e à descentralização da estrutura (Howarth, 2000).

É essa “falha” da estrutura em conferir identidade aos atores sociais que “compele” o sujeito a agir. Nesse sentido, o sujeito não é simplesmente determinado pela estrutura; tampouco, porém, constitui a estrutura. O sujeito é forçado a tomar decisões — ou a se identificar com certos projetos políticos e os discursos que eles articulam — quando as identidades sociais estão em crise e as estruturas precisam ser recriadas. É no processo dessa identificação que as subjetividades políticas são criadas e formadas. Uma vez formadas e estabilizadas, elas se tornam aquelas

⁴ Entende-se o Real lacaniano como “aquilo que não se representa, o que escapa à linguagem, o que não tem nome possível. (...) É o núcleo de impossibilidade em torno do qual o sujeito gira” (Ferreira, 2025). O real, neste sentido, se manifesta em momentos de crises, perdas e traumas como uma “tentativa fracassada de simbolizar o Real — de transformar o indizível em narrativa [de modo que] é o abismo onde o saber se dissolve, mas onde também habita o mais autêntico de nós: aquilo que não pode ser domesticado por palavras” (Ferreira, 2025).

posições de sujeito que transformam os indivíduos em atores sociais com certas características e atributos (Howarth, 2000, p. 109, tradução nossa⁵).

Em contextos de crise, em que identidades estão imersas na luta daquilo que não pode ser mais simbolizado (Žižek, 1990), o que as constitui coletivamente possui ambiguidades, limitações e pode ser articulado da forma desejada (Ortiz, 2019). O deslocamento é capaz de romper ordens simbólicas e é usado dessa forma (Howarth, 2000), sob a lógica de que “o (re)centramento da estrutura, segundo Laclau, passa necessariamente pela constituição de novos antagonismos e de novos processos hegemônicos” (Mendonça, 2012, p. 216).

Desta forma, o Hamas é capaz de mobilizar identidades coletivas a partir de um Eu coletivo e da antagonização do Outro e, dessa forma, manter-se como ator relevante em busca da hegemonia, como o fez desde 2023. E não somente o grupo, o antissemitismo nazista e o regime sionista também articularam-se a partir de tais lógicas: nota-se que a articulação do discurso antissemita durante a Segunda Guerra Mundial ocorreu mediante o deslocamento do antagonismo social, resultado da luta de classes (proletariado x burguesia), para o antagonismo entre a “estrutura sólida social⁶ (...) e o judeu como a força que o corrói, a força da corrupção” (Žižek, 2003, p. 371, *tradução nossa*⁷), de modo que a identidade ‘judeu’, portanto, passa a ser a causa das contradições desencadeadas pela exploração estrutural capitalista. Similarmente, a estratégia sionista de justificar a necessidade e a construção de um Estado de Israel emprega o deslocamento de uma identidade-nacionalidade e dos discursos antes vigentes para que se crie o “israelense”, o “Estado de Israel”, entre outros. Desde então, mais deslocamentos e articulações identitárias ocorrem e marcam o conflito entre Israel e Palestina, principalmente a fim de criar narrativas que justifiquem a manutenção do avanço da ocupação, a limitação de direitos, o cerco ao povo palestino.

Portanto, evidencia-se que há a mobilização das dimensões identitárias, discursivas e antagonicas por toda a formação do conflito e, por isso, o emprego da teoria laclauniana é adequado e elementar no estudo de um conflito cuja dimensão identitária, discursiva e antagonica tanto perpassa.

⁵ “It is this ‘failure’ of the structure to confer identity on social actors that ‘compels’ the subject to act. In this sense, the subject is not simply determined by the structure; nor, however, does it constitute the structure. The subject is forced to take decisions — or identify with certain political projects and the discourses they articulate — when social identities are in crisis and structures need to be recreated. It is in the process of this identification that political subjectivities are created and formed. Once formed and stabilized, they become those subject positions that turn individuals into social actors with certain characteristics and attributes” (Howarth, 2000, p. 209)

⁶ Por “estrutura social sólida”, Žižek se refere a uma hipotética estrutura cujas contradições presentes são causadas por outros elementos que não a exploração estrutural do sistema capitalista.

⁷ “The basic trick of anti-semitism is to displace social antagonism into antagonism between the sound social texture, social body, and the Jew as the force corroding it, the force of corruption” (Žižek, 2003, p. 371).

Adicionalmente, epicentro de disputa de interesses e conflitos, a região do Oriente Médio é cara às Relações Internacionais no que tange à análise e investigação, mormente devido à frequente produção de discurso elaborado e perpetuado pelo Ocidente de que existem os “bons” e os “maus” (Davis, 2016), sob o pretexto de criar narrativas que os favoreçam. À dada contextura, consequentemente, atenta-se ao conflito secular entre Israel e Palestina (e demais países árabes) em diversas ocasiões, erroneamente, atribuindo percepções reducionistas e insuficientes que, muitas vezes, não tocam a questão discursiva, dada como fundamental no presente trabalho. Parte-se da noção, desta forma, de que a compreensão dos conflitos no Oriente Médio muito se beneficiaria caso fosse analisada sob as lentes da análise do discurso, de modo que a pesquisa contribui para o campo das Relações Internacionais, Ciência Política e Segurança Internacional ao propor o diálogo com a análise do discurso presente na teoria de Laclau.

Portanto, a pesquisa justifica-se por sua pertinência: ao analisar um conflito e um grupo insurgente, ambos de grande relevância conjuntural, sob as lentes de Laclau, associando conceitos como antagonismo, identidades coletivas e a mobilização de discursos a fim de alcançar a hegemonia, contribui-se para a academia, propondo novas abordagens capazes de abranger maior complexidade das relações internacionais. Ao pesquisar as formas com que o Hamas articulou discursos a fim de manter-se no poder e de conquistar mais apoio popular e militar, compreender-se-á como esses feitos impactam a perduração do conflito em meio à ausência de alternativas políticas viáveis impostas pela estrutura do cerco, contribuindo para o debate mais amplo sobre insurgência, identidade e hegemonia em conflitos internacionais.

3. OBJETIVOS

Objetiva-se analisar os processos de mobilização de identidades coletivas pelo Hamas, entre 2023 e 2025, por meio de dispositivos discursivos e simbólicos, e articulá-los à longevidade do Hamas e à perduração do conflito Israel-Palestina. Tal investigação será realizada à luz da teoria laclauniana e conforme os objetivos abaixo destrinchados.

3.1 Objetivos Específicos

1. Mapear os principais elementos simbólicos, narrativos e discursivos acionados pelo Hamas na constituição da identidade coletiva “palestinos”, “resistência” e demais discursos articulados;

2. Avaliar em que medida as estratégias de mobilização identitária contribuem para ampliar a legitimidade interna e externa do Hamas, garantindo sua continuidade como ator insurgente no conflito;
3. Compreender como as políticas e ações implementadas por Israel, ao intensificarem o antagonismo, acabam por reforçar a coesão identitária mobilizada pelo Hamas, influenciando diretamente na perduração do conflito;

4. FUNDAMENTAÇÃO BIBLIOGRÁFICA E TEÓRICA

O aporte teórico a ser utilizado embasa-se em uma vasta literatura especializada em (1) resistência, rebelião e grupos insurgentes, (2) no conflito Israel–Palestina com ênfase no Hamas e (3) nas contribuições de Ernesto Laclau.

Entre os principais trabalhos elaborados no que tange à mobilização de resistência e rebelião, Roger Petersen (2001) destaca-se em sua tentativa de compreender quais fatores impactam na mobilização ou não de civis a grupos insurgentes, determinando quatro mecanismos: (1) normas de reciprocidade, isto é, a percepção do indivíduo de que seu grupo está sofrendo em ataque; (2) comportamento baseado em limiares ou mobilização iniciada a partir de um gatilho; (3) difusão de manifestações em rede, disseminando revoltas; e (4) privação relativa, isto é, perda de poder aquisitivo, oportunidades de trabalho, *etc*, em relação às privações alheias.

Ademais, existem mecanismos de gatilho e de sustentação que interferem na mobilização de resistentes e rebeldes, como o ressentimento, o desejo de alterar o *status quo*, a organização interna do grupo insurgente, coerção e mecanismos psicológicos (Petersen, 2001). Para a radicalização dos indivíduos, todavia, é crucial que, para além de tais mecanismos, a comunidade seja considerada forte: comumente há relações diretas entre membros e relações multifacetadas que não se restringem a um ambiente; há reciprocidade entre pessoas da comunidade, condições materiais semelhantes e, principalmente, um conjunto partilhado de crenças e valores (Petersen, 2001). Em tais comunidades, como a estruturada pelo Hamas na Palestina, a reciprocidade, a recompensa de *status*, a participação da comunidade na rebelião como impulsionadora para outros indivíduos participarem e o monitoramento e a retaliação são fatores que interferem, *idem*, no recrutamento e na mobilização (Petersen, 2001).

Ademais, quanto ao estudo de grupos insurgentes, em “Inside Rebellion: The Politics of Insurgent Violence”, Jeremy Weinstein (2006) discorre sobre as múltiplas análises e perspectivas sobre grupos insurgentes, tecendo críticas às Teorias de Rebelião, que resumem

as ações dos grupos insurgentes ao uso da violência ou os consideram atores estatais, e às Teorias das Queixas e Oportunidades, considerando-as generalistas, cujos escopos se limitam ao início de conflitos. Neste sentido, Weinstein (2006) ressalta a importância de compreender como os grupos insurgentes se organizam e como as diferenças nas organizações são capazes de influenciar o nível de violência dos conflitos, ambas explicações derivando de sua teoria das dotações iniciais do grupo a ser pesquisado.

Quanto mais recursos naturais que possam financiar o grupo e quanto maior for o apoio de um patrocinador externo, maior é o uso de violência indiscriminada pelo grupo, uma vez que, ao deter mais poder, não são necessários a aprovação e o apoio da população para se manter, levando-o a atrair recrutas oportunistas (Weinstein, 2006). Paralelamente, no que tange a grupos que possuem menos recursos naturais e apoio, o emprego da violência ocorre de maneira seletiva e estratégica, comumente mobilizando dotações sociais como elementos culturais, religiosos, familiares e ideológicos para atrair recrutas ativistas (Weinstein, 2006), reforçando a ligação entre os recursos e capacidades às estratégias e recrutas que os grupos insurgentes adotam.

Quanto à história do conflito israelo-palestino e seus desdobramentos, destacam-se os trabalhos de Ilan Pappé (2006), que aborda a trajetória palestina, as políticas sionistas empregadas e a consolidação das nacionalidades israelenses e palestinas desde o século XIX, e de Rashid Khalidi (1997; 2020), o qual demonstrou como a identidade palestina foi construída discursivamente a partir de elementos pan-árabes e nacionalistas, em oposição ao colonialismo e à expansão sionista. Serão consideradas, *idem*, as contribuições de Edward Said (2007; 2012), pela sua proposição de uma lente analítica pós-colonial em que o discurso orientalista moldou percepções políticas e culturais sobre o “Oriente”, influenciando diretamente a marginalização palestina e, como aporte à pesquisa brasileira, Albert Hourani (1996) e sua perspectiva histórica ampla sobre a constituição da identidade árabe, indispensável para situar a identidade palestina no contexto regional.

Ademais, a pesquisa de Norman Finkelstein (2003) contribui para denunciar o uso político da memória do Holocausto para legitimar políticas de ocupação, enquanto Joseph Massad (2006) discute a persistência da questão palestina como núcleo de resistência ao sionismo e à normalização da ocupação. Quanto ao Hamas, a literatura apresenta certa extensão no que tange às teorias sociais que buscam explicar a afinidade palestina e civil com o Hamas, evidente nos trabalhos de Norenzayan e Shariff (2008) e de Matthew Levitt (2006). Em termos gerais, destacam-se as bibliografias palestinas de Ziad Abu-Amr (1993) e Khaled Hroub (2006), que percorrem desde suas raízes na Irmandade Muçulmana até sua posterior

adaptação em torno do conceito de *muqawama*, e o extenso trabalho de Richard Davis (2016) sobre o grupo, seu apoio popular e demais questões de mobilização e rebelião.

Em relação à bagagem de Ernesto Laclau, concentrar-se-á nas obras “Emancipação e Diferença” (2011), “New Reflections on The Revolution of Our Time” (1990) e “Hegemony and Socialist Strategy: Towards a Radical Democratic Politics” (1985), esta última escrita em parceria com Chantal Mouffe. Em sua teoria do discurso, a qual é uma teoria política (Mendonça, 2012), o pós-marxista parte da identidade enquanto discurso — categoria teórica que visa entender as regras da produção do sentido e resultado de práticas articulatórias as quais alteram as identidades de relações entre elementos (Gomes, 2014) —, este sendo um constituidor de sentidos disputado por grupos e elementos (Souza, 2023), comumente ordenado por um ponto nodal, de forma que “o povo pode assumir qualquer configuração, dependendo do contexto em que ele é construído” (Mendonça, 2019, p. 40).

Com o intuito de analisar as regularidades dos sentidos no discurso, grande parte das articulações discursivas é formada através da lógica de equivalência, influenciada pelo antagonismo, o qual, por definição, advém da possibilidade de sua existência estar diretamente ligada à ameaça à existência do seu discurso antagonizado (Gomes, 2014). Para além do antagonismo e do deslocamento — a serem aplicados na construção discursiva das nacionalidades israelense e palestina, por exemplo — a extensa obra laclauiana circunda o conceito de significante vazio, um ponto nodal de excessivas e novas conversões identitárias que levam à perda do sentido inicial (Gomes, 2014) — como o conceito de ‘povo’ e ‘nação’ do território o qual hoje acontece a disputa —, apropriados por diversas identidades coletivas na tentativa de hegemonizar seus discursos (Mendonça, 2007) e se legitimarem como ‘verdadeira identidade ou significado’ do que quer que mobilizem (Omar Perez; Starnino, 2021). Finalmente, o conceito de hegemonia laclauiana reside na sua função enquanto projeto político particular, em que, em um cenário de disputas políticas, um discurso se impõe sobre o outro (Gomes, 2014), e a universalização de narrativas por meio do ponto nodal (Laclau; Mouffe, 1985) visa expandir cadeias de equivalência e alcançar posições mais hegemônicas — o que é visível no comportamento do Hamas, o qual passou a abranger mais agendas em prol de sua manutenção.

Na conjuntura atual, embora seja estimável a aplicação das contribuições laclauianas ao conflito palestino-israelense, constata-se o baixo número de pesquisas sobre tal, com ênfase no trabalho de Larissa Russo Gonçalves (2014), “Conflito entre israelenses e palestinos ocorrido em novembro de 2012: visão dos principais semanários brasileiros” e nos esforços isolados que utilizam a abordagem para pautar sobre o populismo, como “Remember to be

Jewish: Religious Populism in Israel”, de Ben-Porat e Dan Filc (2012) e *The Political Right in Israel*, de Dan Filc *et. al.* (2010). Há, todavia, maior extensão de trabalhos que estudam a guerra a partir de teorias do discurso, como em Fernandes (2022), sobre a construção da identidade israelense como ocidental durante a Segunda Intifada através da Análise de Discurso Desconstrucionista; e em Garcia (2024), sobre o papel do discurso sionista no estabelecimento do Estado de Israel a partir de Norman Fairclough.

Com base na fundamentação bibliográfica apresentada, a pesquisa visa partir dos conceitos de grupo insurgente, mobilização, rebelião, identidade, história do conflito palestino-israelense e das múltiplas discussões acerca da atuação do Hamas, com o propósito de pensá-los e articulá-los à luz da teoria do discurso pós-estruturalista laclauniana.

5. METODOLOGIA

A partir do problema de pesquisa e dos objetivos delineados neste projeto de mestrado, opta-se por adotar uma metodologia reflexivista e interpretativa que visa responder ao seguinte problema de pesquisa: como o Hamas utilizou mecanismos discursivos e simbólicos em prol do seu fortalecimento entre 2023 e 2025? Desta forma, debruçar-se-á sobre a articulação discursiva de identidades coletivas em conflito a partir de um estudo de caso das ações do Hamas entre 2023 e 2025 — considerando como marco o ataque de 7 de outubro de 2023 e seus desdobramentos nos dois anos posteriores —, relativas à sua busca por legitimação em território palestino.

Ademais, a aplicação da teoria do discurso laclauniana perpassará pela metodologia delineada por Jason Glynos e David Howarth (2007) em “Logics of Critical Explanation”, considerada arcabouço geral para a pesquisa social a partir de uma perspectiva pós-estruturalista. A obra ressalta que a análise e a crítica devem ser abordadas de forma conectada às práticas de problematização, caracterização e engajamento político, e não apenas por meio de práticas de descrição e explicação. Diferentemente das principais metodologias que visam explicar as ciências sociais, como o Positivismo, a Hermenêutica e o Realismo Crítico, a Teoria do Discurso Pós-Estruturalista se destaca pela sua capacidade de compreender a lógica enquanto elemento-chave da explicação, isto é, deslocando-se do princípio causal, presente na maioria das outras abordagens (Glynos; Howarth, 2007). A lógica, portanto, deve ser explorada enquanto um elemento: capaz de ser articulada e maleada devido ao contingenciamento radical da objetividade, em que as estruturas, os sujeitos, os discursos, entre outros, são considerados pressupostos ontológicos basilares (Glynos; Howarth, 2007).

6. CRONOGRAMA DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO

Tabela 1 - Cronograma de Execução das Atividades do Mestrado

ATIVIDADE	2027 - MÊS DE EXECUÇÃO											
	J A N	F E V	M A R	A B R	M A I	J U N	J U L	A G O	S E T	O U T	N O V	D E Z
Levantamento bibliográfico inicial e definição do problema												
Revisão bibliográfica e fundamentação teórica preliminar												
Mapeamento dos principais elementos simbólicos, narrativos e discursivos acionados pelo Hamas												
Análise preliminar do corpus												
Redação parcial da análise do discurso empregada												
	2028 - MÊS DE EXECUÇÃO											
	J A N	F E V	M A R	A B R	M A I	J U N	J U L	A G O	S E T	O U T	N O V	D E Z
Revisão parcial da análise												
Análise dos resultados obtidos a partir da mobilização dos discursos, tanto do Hamas quanto do Estado de Israel												
Redação final da análise												
Redação da introdução e considerações finais												
Revisão geral, ajustes e normalização ABNT												
Entrega final e preparação da defesa												

REFERÊNCIAS E BIBLIOGRAFIA CONDIZENTES

ABU-AMR, Ziad. **Hamas**: A Historical and Political Background. *Journal of Palestine Studies*, v. 22, n. 4, p. 5-19, 1993. <https://doi.org/10.2307/2538077>

ACHCAR, Gilbert. **Gaza Catastrophe**: the Genocide in World-Historical Perspective. Oakland: University of California Press, 2025. <https://doi.org/10.1525/9780520423565>

ALSOOS, Imad. **From jihad to resistance**: the evolution of Hamas's discourse in the framework of mobilization. Middle Eastern Studies, 2021. <https://doi.org/10.1080/00263206.2021.1897006>

AWAD, Hani. **Understanding Hamas**: Remarks on Three Different and Interrelated Theoretical Approaches. AlMuntaqa, v. 4, n. 2, p. 42-62, dez. 2021/jan. 2022.

BEN-PORAT, Guy; FILC, Dani. **Remember to be Jewish**: Religious Populism in Israel. Tel Aviv, 2012. <https://doi.org/10.1017/S1755048320000681>

BERTI, Benedetta; GUTIÉRREZ, Beatriz. **Rebel-to-political and back?** Hamas as a security provider in Gaza between rebellion, politics and governance. Routledge: Taylor & Francis Group. Democratization, vol. 23(6), 2016. <https://doi.org/10.1080/13510347.2016.1170008>

CAVALCANTI, Leonardo Loiola. **Curiosidades**: A Etimologia de 'Hamas' e as Raízes dos Povos do Oriente Médio. Blog do Loiola, 2023. Disponível em: <https://blogdolojiola.com.br/2023/11/08/curiosidades-a-etimologia-de-hamas-e-as-raizes-dos-povos-do-orientes-medio>. Acesso em: 10 set. 2025.

COLLARES, Valdeli Coelho. **Ascensão do Hamas na Palestina**: Pobreza e assistência social 1987-2006. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social – PPGDS, da Universidade Estadual de Montes Claros, fev. 2012.

COSER, Lewis. 1956. **The Functions of Social Conflict**. New York: The Free Press.

CURWIN, David. **Hamas - Etymology and Hebrew Cognates**. BALASHON. Balashon - Hebrew Language Detective, out. 2023. Disponível em: <https://www.balashon.com/2023/10/hamas.html?m=1>. Acesso em: 10 set. 2025.

DA SILVA JIMÉNEZ, Astrid Carolina. **Conflicto palestino--israelí**: Crónica de un genocidio anunciado. Trabajo de Fin de Grado. Repositorio institucional Universidad de La Laguna, Facultad de Ciencias Políticas, Sociales y de la Comunicación. Espanha: San Cristóbal de La Laguna, 2015. Disponível em: <http://riull.ull.es/xmlui/handle/915/2514>. Acesso em: 14 jan. 2026.

DAVIS, Richard. **Hamas, Popular Support and War in the Middle East**: Insurgency in the Holy Land. Contemporary Terrorism Studies. Routledge: Taylor & Francis Group. Londres e Nova Iorque: 2016. <https://doi.org/10.4324/9781315682242>

DEMANT, Peter. **O mundo muçulmano**. São Paulo: Contexto, 2004. <https://doi.org/10.1590/S0034-73292004000100011>

FERNANDES, Júlia Panissi Silveira. **Nada Fora do Discurso**: uma análise de discurso pós-estruturalista da construção da identidade israelense como ocidental durante a Segunda Intifada. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Poços de Caldas, 2022.

FERREIRA, Deivede Eder. **A Tríade do Real, do Simbólico e do Imaginário**: Os Três Mundos da Psicanálise e da Existência. Associação Brasileira de Filosofia e Psicanálise, 2025. Disponível em: <https://www.abrafp.org/post/a-triade-do-real-do-simbolico-e-do-imaginario-os-tres-mundos-da-psicanalise-e-da-existencia#:~:text=O%20Real%20%C3%A9%20o%20ponto,pode%20ser%20domesticado%20por%20palavras>. Acesso: 17 jan. 2026.

FINKELSTEIN, Norman G. **The Holocaust Industry**: Reflections on the Exploitation of Jewish Suffering. London: Verso, 2003. <https://doi.org/10.3366/hls.2004.3.2.251>

FILC, Dani (org.). **The Political Right in Israel**: Different Faces of Jewish Populism. London: Routledge, 2010. <https://doi.org/10.4324/9780203863244>

FREITAS, Felipe Corral de. **Sobre a Noção de Antagonismo na Teoria (Política) do Discurso de Laclau e Mouffe**. IV Simpósio Pós-Estruturalismo e Teoria Social: Novas Reflexões Sobre as Democracias do Nosso Tempo. Universidade Federal de Pelotas. Pelotas: RS, set. 2022.

GILBERT, Martin. **Os 5000 anos de história e fé do povo judeu**. Portugal: aletheia editores, 2002.

GARCIA, Mariana Carvalho. **O Papel do Discurso Sionista no Estabelecimento do Estado de Israel na Região da Palestina**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2024.

GOMES, Aura Rejane. **A Questão da Palestina e a Fundação de Israel**. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, Departamento de Ciência Política. São Paulo/SP: USP, 2001.

GOMES, Aureo de Toledo. **Antagonismo, equivalência, logocentrismo: uma análise do discurso sobre as novas guerras**. Carta Internacional (USP), v. 9, 2014. p. 44–58

GLYNOS, Jason; HOWARTH, David. **Logics of Critical Explanation in Social and Political Theory**. Routledge: Taylor & Francis Group. Londres e Nova Iorque: 2007.
<https://doi.org/10.4324/9780203934753>

HOURLANI, Albert. **Uma história dos povos árabes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

HOWARTH, David. **Discourse: Concepts in the Social Sciences**. Buckingham: Open University Press, 2000.

HROUB, Khaled. **Hamas: A Beginner's Guide**. London: Pluto Press, 2006.

_____. **Hamas: Political Thought and Practice**. Washington: Institute for Palestine Studies, 2006.

HUGHES, James. **Chechnya: From Nationalism to Jihad**. University of Pennsylvania Press. Philadelphia, 2007. <https://doi.org/10.9783/9780812202311>

KALYVAS, Stathis. **The Logic of Violence in Civil War**. Cambridge University Press, Cambridge. Grã-Bretanha: 2006. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511818462>

KHALIDI, Rashid. **Palestinian Identity: The Construction of Modern National Consciousness**. New York: Columbia University Press, 1997. <https://doi.org/10.7312/khal92238>

_____. **The Hundred Years' War on Palestine: A History of Settler Colonialism and Resistance, 1917–2017**. New York: Metropolitan Books, 2020.

LADEIRA, Francisco Fernandes. **Conflito Israel-Palestina Sob As Lentes da Geografia Escolar**. Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros Seção Três Lagoas - V. 1, n.º 39, 2024. <https://doi.org/10.55028/agb-tl.v1i39.19861>

LACLAU, Ernesto. **Emancipação e Diferença**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

_____. **New Reflections on The Revolution of Our Time**. Verso, 1990.

_____; MOUFFE, Chantal. **Hegemony and Socialist Strategy: Towards a Radical Democratic Politics**. London: Verso, 1985.

LAITIN, David. **Nation, States, and Violence**. Oxford University Press. Oxford: 2007. <https://doi.org/10.1093/acprof:oso/9780199228232.001.0001>

LEWIS, Bernard. **O Oriente Médio: do advento do cristianismo aos dias de hoje**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Ideologia**. São Paulo: Global, 1994.

MASSAD, Joseph. **The Persistence of the Palestinian Question: Essays on Zionism and the Palestinians**. New York: Routledge, 2006. <https://doi.org/10.4324/9780203965351>

MEMO. **Chefe do Hamas explica contexto e objetivos da Operação Tempestade de Al-Aqsa**. Monitor do Oriente Médio, 9 out. 2023. Disponível em: <https://www.monitordo Oriente.com/20231009-chefe-do-hamas-explica-contexto-e-objetivos-da-operacao-tempestade-de-al-aqsa/>. Acesso em: 18 fev. 2026

MENDONÇA, Daniel de. **A teoria da hegemonia de Ernesto Laclau e a análise política brasileira**. Ciências Sociais Unisinos 43(3):249-258, set-dez. 2007.

_____. **Antagonismo como identificação política**. Revista Brasileira de Ciência Política, nº 9. Brasília, 2012. p. 205-228 <https://doi.org/10.1590/S0103-33522012000300008>

_____. **A crise da democracia liberal e a alternativa populista de esquerda**. Simbiótica, Vitória, v.6, n.2, jul.-dez. 2019. p. 31-50 <https://doi.org/10.47456/simbitica.v6i2.28401>

NETO, Luiz Salgado. **Inventando nações: notas sobre os nacionalismos judaico e palestino durante o Mandato Britânico (1917-1948)**. Universidade Estadual de Maringá. Revista Espaço Acadêmico nº. 172, set. 2015.

NOGUEIRA, Tiago da Costa. **A Criação do Estado de Israel: Movimento Sionista e Resistência Árabe, 1896–1948**. Projeto de pesquisa apresentado ao curso de Bacharelado em Humanidades da Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB). Redenção/CE: UNILAB, 2022.

NORENZAYAN, Ara; SHARIFF, Azim. **The Origin and Evolution of Religious Prosociality**. Science, 322:58–62, 2008. <https://doi.org/10.1126/science.1158757>

OLIVEIRA, Márcia Betânia de. **Pós-estruturalismo e teoria do discurso: perspectivas teóricas para pesquisas sobre políticas de currículo**. Revista Brasileira de Educação v. 23 e230081, 2018. <https://doi.org/10.1590/s1413-24782018230081>

ODOROSSI, Luiza Ferreira. **A Palestina como laboratório de destruição em massa: a perpetuação da ocupação colonial e a naturalização do terror**. Rev. Quaestio Iuris., Rio de Janeiro, Vol. 18, N.02, 2025. p. 261-283 <https://doi.org/10.12957/rqi.2025.86529>

OMAR PEREZ, Daniel; STARNINO, Alexandre. **O estatuto político do significante vazio: identidade coletiva, psicanálise e política**. Revista de Filosofia Aurora, vol. 33, núm. 58, 2021. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=673373986010>. Acesso em 01 ago. 2024. <https://doi.org/10.7213/1980-5934.33.058.DS05>

ORTIZ, Ángel Iglesias. **Exploring Social Objectivity through Hegemony, Antagonism and Heterogeneity Outlining a Conceptual Approximation**. Tampere University Dissertations, 2019.

PAPE, Robert A. **Hamas Is Winning: Why Israel's Failing Strategy Makes Its Enemy Stronger**. Foreign Affairs, 21 jun. 2024. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/israel/middle-east-robert-pape>. Acesso em: 06 set. 2025.

_____. **The Unparalleled Devastation of Gaza: Why Punishing Civilians Has Not Yielded Strategic Success**. Foreign Affairs, 7 ago. 2025. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/israel/unparalleled-devastation-gaza>. Acesso em: 06 set. 2025.

PAPPÉ, Ilan. **A History of Modern Palestine – One Land, Two Peoples**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511992728>

PETERSEN, Roger. **Resistance and Rebellion: Lessons from Eastern Europe**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511612725>

RIBEIRO, Maria Fernanda Montes. **Análise Jurídica das Ações de Israel Após 7 De Outubro de 2023 Sob À Luz da Convenção Para A Prevenção E A Repressão Do Crime De Genocídio**. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Direito, Curso de Direito, Fortaleza, 2024.

SAGEMAN, Marc. **Leaderless Jihad: Terror Networks in the 21st Century**, University of Pennsylvania Press. Philadelphia: 2008. <https://doi.org/10.9783/9780812206784>

SAID, Edward. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. **A Questão da Palestina**. Tradução: Sonia Midori. São Paulo: Ed. Unesp, 2012.

SCHOENMAN, Ralph. **A História oculta do sionismo**. A verdadeira história da formação do Estado de Israel. São Paulo, Sundermann, 2008.

SHENHAV, Shaul R. **Political Narratives and Political Reality**. International Political Science, Vol. 27, No. 3, 245–262, 2006. <https://doi.org/10.1177/0192512106064474>

SHLAIM, Avi. **The Iron Wall: Israel and the Arab World**. New York: W.W. Norton & Company, 2000.

SILVA, James Roberto *et al.* **Por uma análise conceitual do conflito Israel-Palestina: interpretação histórica à luz de Paul Ricoeur e da mídia digital brasileira**. (ENTRE)LINHAS: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFOP. Mariana, V. 05, N. 01, 2025. p. 01-28

STAVRAKAKIS, Yannis. Laclau with Lacan: comments on the relation between discourse theory and Lacanian psychoanalysis”. IN: ŽIŽEK, Slavoj (ed.). **Jacques Lacan: Critical Evaluations In Cultural Theory**. Volume III — Society, politics, ideology. London Routledge, 2003.

SOARES, Jurandir. **Israel x Palestina: as raízes do ódio**. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1989.

The Jewish Road. **The True Meaning of the Word 'Hamas'**. The Jewish Road, out. 2023. Disponível em:

<https://thejewishroad.com/blog/the-true-meaning-of-the-word-hamas#:~:text=In%20Arabic%2C%20%22Hamas%22%20represents,%2C%22%20and%20%22robbery.%22>. Acesso em: 10 set. 2025.

WEINSTEIN, Jeremy. **Inside Rebellion: The Politics of Insurgent Violence**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511808654>

ŽIŽEK, Slavoj. Che Vuoi? IN: _____. **Jacques Lacan: Critical Evaluations In Cultural Theory**. Volume III — Society, politics, ideology. London Routledge, 2003.